



TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2023

O **MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 88.370.879/0001-04, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. Júlio César Campani**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a **ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE EVANGÉLICA FLORESTA IMPERIAL DE NOVO HAMBURGO (ABEFI) – unidade CASA LAR SÃO SEBASTIÃO**, inscrita no CNPJ 91.695.577/0008-97, sediada à Rua Marechal Floriano Peixoto, n.º 750, Centro, no município de São Sebastião do Caí/RS, neste ato representado por seu Diretor Executivo, **Sr. ALTEMIR LABES**, inscrito no CPF sob o nº 490.268.369-53 e RG nº 8139012135, neste ato denominado **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC)**, celebram o presente Termo de Colaboração, consoante previsão contida no artigo 31, inciso II, da Lei nº 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, conforme cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Colaboração tem por objeto a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE EVANGÉLICA DA FLORESTA IMPERIAL DE NOVO HAMBURGO (ABEFI), com a finalidade de acolhimento institucional de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, 11 meses e vinte e nove dias, que foram afastados do convívio social por meio de medida protetiva de acolhimento (art. 101, inciso VII, do ECA), em função do abandono familiar ou em razão da impossibilidade de permanecer no seio de sua família, que se encontra impossibilitada temporariamente de cumprir o encargo de cuidado e proteção.

1.2. Execução e gestão total de prestação de serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade CASA LAR, com capacidade de atender até 10 (dez) crianças e adolescentes.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA GESTÃO E MONITORAMENTO

2.1. O presente Termo de Colaboração terá como Gestor da Organização da Sociedade Civil a Sra. Rafaela da Rosa Flores Cardoso, Diretora da Casa Lar São Sebastião, que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria.

2.2. Como Gestora do Município foi designada através da Portaria n.º 111/2021 a Servidora Camila Bohn Flores, portadora da Matrícula nº 1907, lotada na Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Ouvidoria da Municipalidade.



CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

3.1. São obrigações do Município (MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ):

- 3.1.1.** Fornecer os recursos para a execução do objeto;
- 3.1.2.** Acompanhar a fiscalização e a execução deste termo;
- 3.1.3.** Elaborar relatório técnico de monitoramento e avaliação;
- 3.1.4.** Transferir os recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso Financeiro contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês;
- 3.1.5.** Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:
 - 3.1.5.1.** Apreciar a prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil;
 - 3.1.5.2.** Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Organização da Sociedade Civil pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
 - 3.1.5.3.** Comunicar formalmente à Organização da Sociedade Civil qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;
 - 3.1.5.4.** Dar publicidade ao presente Termo de Colaboração através da publicação no Diário Oficial do Município;
 - 3.1.5.5.** Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à Organização da Sociedade Civil quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:
 - a)** Atrasos e irregularidades na prestação de contas;
 - b)** Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho;
 - c)** Não cumprimento do Plano de Trabalho;
 - d)** Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.
- 3.1.6.** Para fins de interpretação do item 3.1.5.5 entende-se por:
 - a) Bloqueio:** A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.
 - b) Suspensão:** A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.



c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

3.1.7. Elaborar parecer sobre a prestação de contas da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59 da Lei n. 13.019/2014.

3.2. São obrigações da Organização da Sociedade Civil (ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EVANGÉLICA DA FLORESTA IMPERIAL DE NOVO HAMBURGO):

3.2.1. Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Colaboração;

3.2.2. Prestar informação e esclarecimento sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

3.2.3. Indicar ao menos 01 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades de cumprimento das metas pactuadas na parceria;

3.2.4. Permitir livre acesso do gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Município, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da Organização da Sociedade Civil;

3.2.5. Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

3.2.6. Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e o adimplemento do Termo de Colaboração, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou a restituição à sua execução e manter os comprovantes arquivados.

3.2.7. Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários a realização dos serviços e ações pactuadas, através da implantação de manutenção preventiva e corretiva predial e de todos os instrumentos e equipamentos.

3.2.8. Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessárias à fiel e perfeita execução desse Termo de Colaboração;

3.2.9. Manter contato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

3.2.10. Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Colaboração, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;



- 3.2.11.** Responsabilizar-se pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;
- 3.2.12.** Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;
- 3.2.13.** **Divulgar este Termo de Colaboração em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas redes e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: Identificação do Instrumento, do Ente Municipal, descrição do objeto, valor total, data da assinatura, valores liberados, e situação da prestação de contas, bem como atender a Lei Federal 12.527/2011.**
- 3.2.14.** Fazer as prestações de contas parciais de cada parcela liberada, com a comprovação exata da aplicação da parcela liberada, sob pena de bloqueio de valores.
- 3.2.15.** Fazer a prestação de contas finais nos termos da Lei 13.019/2014, para comprovar o efetivo cumprimento do objeto pactuado.
- 3.2.16.** Manter cópia em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, dos documentos que compõem as prestações de contas.
- 3.2.17.** Não praticar desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e nos demais atos praticados na execução deste Termo de Colaboração e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;
- 3.2.18.** Prestar todos os serviços conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- 3.2.19.** Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
- 3.2.20.** Comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais ou recibos (RPA), com a devida certificação do recebimento do material ou prestação do serviço, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados;
- 3.2.21.** Aplicar os recursos repassados no objeto constante exclusivamente no objeto pactuado e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- 3.2.22.** Comprovar a existência de Conta Bancária específica e exclusiva, em Banco oficial, para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta.



- 3.2.23.** Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto;
- 3.2.24.** Ressarcir os cofres públicos dos saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 30 dias do encerramento do presente termo;
- 3.2.25.** Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
- 3.2.26.** Efetuar cotação de pesquisa de preço, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços;
- 3.2.27.** Manter-se adimplente com o Poder Público Municipal naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;
- 3.2.28.** Comunicar ao MUNICÍPIO a substituição dos responsáveis pela Organização da Sociedade Civil, assim como alterações em seu Estatuto;
- 3.2.29.** Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade do MUNICÍPIO.
- 3.2.30.** Caso a Organização da Sociedade Civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Colaboração, obrigando-se a referida Organização agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

3.2.31. São compromissos da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a)** Prestar cuidados à criança e adolescente de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de acolhimento (artigo 101, Inciso VII, do ECA), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na impossibilidade, encaminhamento para família substituta;
- b)** Propiciar atendimento personalizado e em pequenos grupos, no máximo de 10 (dez) crianças e adolescentes por cada Casa Lar;
- c)** Garantir o atendimento a grupos de crianças e adolescentes com vínculo de parentesco (irmãos, primos) na mesma comunidade;
- d)** Promover hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade;
- e)** Estimular e organizar um ambiente próximo de uma rotina familiar;



- f) Proporcionar vínculo estável entre os profissionais e as crianças e adolescentes acolhidos;
- g) Favorecer o convívio familiar e comunitário dos mesmos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local;
- h) Desenvolver atividades visando o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, e oportunizando a reinserção na família de origem ou substituta.
- i) Garantir que as edificações sejam organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos e normativas existentes e às necessidades dos usuários;
- j) Disponibilizar uma equipe técnica mínima especializada, formada por um assistente social, psicólogo e assistente de desenvolvimento infantil para apoio, acompanhamento, orientações e supervisão constante da casa Lar, articulação com Sistema de Garantia de Direitos e rede Intersetorial, entre outros;
- l) Organizar o serviço de forma a garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e a diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero, orientação sexual e crianças e adolescentes com deficiências;
- m) Propiciar assistência religiosa aqueles que desejarem de acordo com suas crenças;
- n) Oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária das crianças e adolescentes atendidos;
- o) Propiciar o acesso à assistência médica, psicológica, odontológica, e farmacêutica, quando necessário;
- p) Propiciar escolarização, visando à emancipação dos usuários;
- q) Oportunizar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- r) Construir as regras de gestão e de convivência da Casa Lar de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários;
- s) Proporcionar aos profissionais condições dignas de trabalho e remuneração condizente, incluindo preservação da privacidade do trabalho e da possibilidade de construção de projetos pessoais;
- t) Ofertar capacitação prévia e continuada a equipe de funcionários da Casa Lar, através de reuniões administrativas, reflexões, palestras, cursos e outras formas de treinamento.

CLÁUSULA QUARTA: DO REPASSE E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

4.1. Para a execução das atividades prevista neste Termo de Colaboração, o MUNICÍPIO transferirá a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, de acordo com o Cronograma de Execução, o valor mensal de R\$ 51.504,77 (cinquenta e um mil, quinhentos e quatro reais e setenta e sete centavos), até o dia 5º dia útil de cada mês.



4.2. As parte reconhecem que, caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas da Lei de Responsabilidade Fiscal o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente executividade.

CLÁUSULA QUINTA: DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados a conta específica da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, vinculada ao objeto, BANCO DO BRASIL, AGÊNCIA **0314-X**, CONTA **38.609-X**;

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

5.2.1. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.3. Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saques ou quaisquer pagamentos; ou em espécie, exclusivamente para atender os casos previstos no §2, art. 53 da Lei 13.019/2014.

5.4. Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item 5.2 poderão ser utilizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento.

5.5. É vedado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

5.5.1. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;

5.5.2. Modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;

5.5.3. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

5.5.4. Pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;

5.5.5. Efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

5.5.6. Realizar despesas com: multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros; publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação



social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e pagamento de pessoal contratado pela Organização da Sociedade Civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.6. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

CLÁUSULA SEXTA: DA CONTRAPARTIDA

6.1. Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração da parceria. A contrapartida será prestada em bens e serviços cuja expressão monetária deverá, obrigatoriamente, ser identificada na proposta da referida entidade.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA

7.1. O Termo de Colaboração terá vigência até dia 31 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO

8.1. O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência, observando-se o que preceitua o artigo 42, inciso XVI, da Lei n.º 13.019/2014.

8.2. Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Colaboração o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constata pelo MUNICÍPIO a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreções de informação em qualquer documento apresentado.

CLÁUSULA NONA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1. Prestar contas de forma parcial, até 30 dias, após cada parcela repassada, incluído **Relatório Circunstanciado que permita avaliar o andamento e cumprimento do objeto pactuado**, sob pena de bloqueio de valores;

9.2. Prestação de Contas integral e final, até 60 dias do término da vigência do Termo de Colaboração, segundo a Lei n. 13.019/2014 e de acordo com critérios e indicações exigidos pelo MUNICÍPIO, com elementos que permitam à Gestora da parceria avaliar o andamento ou concluir



que o objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto;

9.3. A prestação de contas final dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes relatórios:

9.3.1. Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações;

9.3.2. Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

9.3.3. Original ou cópias reprográficas dos comprovantes de despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais após autenticação das cópias;

9.3.4. Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso;

9.3.5. Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhadas dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da Organização da Sociedade Civil;

9.3.6. Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo de Colaboração;

9.3.7. Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela Organização da Sociedade Civil no exercício e das metas alcançadas.

9.4. O MUNICÍPIO emitirá, no prazo de 60 dias do recebimento da prestação de contas final, Parecer sobre a regularidade da prestação de contas;

9.5. O MUNICÍPIO ressalva o direito de solicitar informações complementares sempre que necessário, para elucidar o conteúdo das prestações de contas.

9.5. Poderá ser instaurada Tomada de Contas Especial visando à apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, no caso de irregularidade na prestação de contas do presente Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS



10.1. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto;
- b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

10.2 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL compromete-se, ainda, a recolher à conta do MUNICÍPIO o valor correspondente aos rendimentos de aplicações no mercado financeiro, quando não comprovado o seu emprego na consecução do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes do presente Termo de Colaboração correrão por conta da dotação orçamentária seguinte:

71250	Código da Despesa Principal
0700	Secretaria Municipal de Assistência Social
0701	Assistência e Desenvolvimento Social
08.122.1027.2133	Manutenção da Secretaria de Assistência Social
3.3.3.50.43.000000	Subvenções Sociais

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

12.1. O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

12.2. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da legislação vigente, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PROIBIÇÕES E VEDAÇÕES

13.1. A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;

13.2. A utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento, ainda que em caráter de emergência;

13.3. A realização de despesa a título de taxa de administração, de gerência ou similar;



- 13.4.** A realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do presente Termo de Colaboração;
- 13.5.** Realizar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- 13.6.** Transferir os recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- 13.7.** Retirar recursos da conta bancária com fins alheios a aplicação de recursos na consecução do objeto pactuada neste Termo de Colaboração;
- 13.8.** Deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida (bens ou serviços) estabelecidos no Plano de Trabalho;
- 13.9.** Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo Municipal;
- 13.10.** A realização de despesas com:
- a)** Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes ao pagamento ou recolhimentos fora dos prazos;
 - b)** Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
 - c)** Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13.019/2014;
 - d)** Obras que caracterizam a ampliação de área construída ou instalação de novas estruturas físicas;
 - e)** Pagamento de despesas bancárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

14.1. Este Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificações no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

14.1.1. Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação do MUNICÍPIO e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração total do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

15.1. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Colaboração através da gestora, que tem por obrigações:

15.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;



15.1.2. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

15.1.3. Emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata a Lei n.º 13.019/2014;

15.1.4. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

15.2. A Administração Pública promoverá o monitoramento e avaliação do cumprimento da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas;

15.3. A execução também será acompanhada por Comissão de Monitoramento e Avaliação, especialmente designada;

15.4. A Administração Pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela Organização da Sociedade Civil;

15.5. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita *in loco*, da qual será emitido relatório;

15.6. Sem prejuízos da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública correspondente;

15.7. Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, a Administração Pública tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS CASOS OMISSOS

16.1. Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal Nº 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

17.1. Os partícipes elegem o foro de São Sebastião do Caí/RS, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Colaboração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

São Sebastião do Caí/RS, 02 de janeiro de 2023.

JÚLIO CÉSAR CAMPANI

Prefeito Municipal

**ASSOCIAÇÃO BENEF. EVANG. FLORESTA
IMPERIAL DE NOVO HAMBURGO**

Franciele Simon Simsen,

Assessora Jurídica

OAB/RS n.º 105.710